

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES: SUA REPERCUSSÃO SOCIAL  
PARA OS MORADORES RIBEIRINHOS NO BAIXO AÇU/RN.

ALUNA: Maria Mariza Bezerra

PROFESSOR ORIENTADOR: Marlene Maria

NATAL-RN

DEZ/93



**MARIA MARIZA BEZERRA**

**A BARRAGEM ARAMANDO RIBEIRO GONÇALVES: SUA REPERCUÇÃO SOCIAL PARA OS MORADORES DO BAIÇO AÇU/RN.**

Monografia apresentada ao Departamento de  
de História da UFRN, para a obtenção do  
grau de bacharelado em HISTÓRIA.

NATAL-RN

( 1999 )



( DEDICATORIA )

A todos os moradores Ribeirinhos do Baixo Açu de hoje que têm em suas faces, marcas de injustiças de séculos.



## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais a professora Marlene <sup>M</sup>mariz, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela colaboração, apoio e orientação ao referido trabalho.

A todos aqueles que contribuíram de uma forma ou de outra para a realização deste trabalho.



SUMARIO

Pág

1.	INTRODUÇÃO.....	01
2.	O RIO GRANDE DO NORTE E A REGIAO DO BAIIXO AÇU.....	03
2.1	A FORMAÇÃO HISTORICA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	05
3.	BAIXO AÇU: Um povo que luta desde do passado.....	14
4.	A POLITICA DE REORGANIZAÇÃO SOCIAL NO BAIIXO AÇU: O caso da barragem Armando Ribeiro Gonçalves.....	28
5.	ANEXOS.....	38
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA Referência Bibliográfica.....	46
7.	BIBLIOGRAFIA Bibliografía.....	49

## 1 - INTRODUÇÃO

Este é um trabalho sobre a resistência da população ribeirinha do Baixo Açu contra a exploração e expropriação econômica aliada a dominação política que criam os <sup>meios</sup> (para os) necessários para legitimar e reproduzir as relações de exploração-expropriação e dominação.

Como se constata no caso da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves que foi imposta aos moradores ribeirinhos, Esses lutaram até o último instante sem obterem sucesso.

Nos itens que vamos desenvolver adiante, mostraremos a resistência desses ribeirinhos desde a época da colonização até os dias atuais. No segundo item realizamos uma caracterização do Rio Grande do Norte e da região do Baixo Açu, com destaque para: Sua formação histórica.

No item três fizemos um estudo sobre a resistência à opressão. Resistência que se manifestou de forma surpreendente, no tempo de seus primeiros habitantes, os Tápuias do Baixo Açu. Tápuias que foram exterminados devido a grande desigualdade do poderio das armas e munições, após noventa e cinco anos de resistência.

No item quatro, analisamos a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Baixo Açú e sua repercussão social para os moradores ribeirinhos.

## 2 - O RIO GRANDE DO NORTE E A REGIAO DO BAIXO AÇU

O Estado do Rio Grande do Norte, capital Natal, situa-se geograficamente ao nordeste da regio nordeste, com uma área de 53.166,2 Km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte e a leste com o oceano atlântico, ao sul com a Paraíba e ao Oeste com o Ceará. As pessoas nascidas no Rio Grande do Norte são conhecidas por norte-rio-grandense ou potiguares. Esta última designação deve-se ao fato de que a regio na época da colonização era habitado entre outros por índios da tribo potiguara.

O índio, o europeu (principalmente o português, o espanhol e o holandês) e o negro tiveram muita influência na formação do nosso povo. Da mistura entre eles resultaram os mulatos, brancos e negros constituinte da população norte-rio-grandense, que se encontra distribuída, de forma desigual, pelas áreas urbanas e rurais.

O clima predominante é o tropical, tendo como principais rios: O Apodi, o Açú-piranhas, o Potengi, o Trairi, o Jundiá, o Jacú, o Seridó e o Curimataú.

Quanto a população, os censos demográficos são de 10 em 10 anos. De acordo com o censo de 1991 a população do Rio Grande do



Norte, era de 2.413.618 habitantes, com 71,8% deste total localizado na área urbana e apenas 28,2% vivendo na zona rural. A maior parte das pessoas residem em Natal, Mossoró e Caicó, que são os principais centros regionais do Estado e oferecem melhores condições de vida e de trabalho. (fonte?)

Na economia destacam-se atualmente indústrias têxtil, confecções, cerâmica; na agricultura, os produtos são: a cana-de-açúcar, a mandioca, côco de praia, feijão, melão; e no extrativismo a castanha-de-cajú, a cera da carnaúba e sisal; na pecuária destaca-se a criação de ovinos e bovinos nos municípios destacam-se o sal marinho e o petróleo. Outra atividade que merece destaque na economia do Rio Grande do Norte é o turismo.

O Estado está dividido em 158 municípios, sendo que em termos de quantidade populacional os principais são:

Natal.....	606.556 hab.
Mossoró.....	191.865 hab.
Parnamirim.....	63.242 hab.
Ceará-mirim.....	51.978 hab.
Caicó.....	50.649 hab.
São Gonçalo do Amarante..	45.363 hab.
Açu.....	43.524 hab.
Macaíba.....	43.397 hab.
Currais Novos.....	40.210 hab.
Apodi.....	32.254 hab.

(Dados IBGE efetuado no Censo demográfico de 1991)

## 2.1 - A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO NORTE

A ocupação do Rio Grande do Norte teve seu início no século XVI, com a conquista e exploração do território Brasileiro. O Rio Grande do Norte fazia parte do território nordestino onde dominava um clima semi-árido em sua porção ocidental e úmido na porção oriental, alternando-se de florestas que ocupavam vales de rios como Ceará-Mirim, do Potengi, do Trairi e do Cunhaú e as que apareciam "ilhados". A sua topografia apresentava serras como a de Martins com serrados e caatingas. A população indígena era pouco numerosa e estavam adaptada as condições do meio natural, exerciam atividades como a caça, a pesca e a coleta. Tinham uma cultura incipiente e não conheciam as cidades.

Quando os portugueses e franceses disputando o litoral, estabeleceram as primeiras feitorias, provocando a transformação do meio natural em espaço geográfico social, produzido pelo homem.

A conquista do Rio Grande do Norte, capitania doada por D. João III a João de Barros, mas cuja exploração não havia sido iniciada pelo donatário, foi feita sob o comando de Jerônimo de Albuquerque II, um marmeluco, filho de Jerônimo de Albuquerque com uma índia. Tinha laços com a família de donatários de Pernambuco, que veio da origem a uma oligarquia cujas influências políticas e econômicas, no nordeste chega até nossos dias; soube conciliar seu tempo em fazer guerra contra os inimigos da coroa

portuguesa da qual era súdito, e construir propriedades, passando a ser o primeiro senhor de engenho da capitania, com o engenho Cunhaú. (fonte)

Depois desse engenho foi fundado outro na metade do século XVII, no vale da porção oriental, totalizando assim dois engenhos em 1637.

O sistema canavieiro em expansão era totalmente elitista, formando assim uma classe bem definida. A pessoa que tivesse posse e que prestasse serviços ao Rei ou ao donatário conseguia doação de uma vasta área (sesmaria) tendo como obrigação de povoá-la e explorá-la. Com o aumento de habitantes em certas áreas devido o aumento dos engenhos, essa área era elevada a categoria de vila, organizando-se assim o poder local que era controlado por donos de terra, já que eram os únicos que tinham o direito de votar para as câmaras municipais.

O senhor de engenho tinha o poder econômico que lhe dava o controle da terra e da indústria, como também o poder político e ainda detinham o poder militar onde os seus agregados e dependentes exerciam o papel de soldados.

Quanto a sua fisiografia o Rio Grande do Norte estava dividido em cinco ribeiras, duas delas Açu e Seridó com apenas uma freguesia cada uma, a ribeira do norte que possuía duas

freguesias, a do Apodi que possuía três e por último, a do sul que possuía quatro freguesias.

Devido a grande extensão dessas freguesias, havia, em várias delas, capelas nas quais os padres davam assistências religiosas e orientação a colonos e índios. Muitos desses padres eram também donos de terras. A atividade econômica que tinha maior importância era a pecuária, sobre tudo nas fazendas da parte ocidental do território potiguar. Essas fazendas além da pecuária, já tinham iniciado o cultivo do algodão e já eram tidas como tradicionais na produção de cereais.

Na transição do século XVIII para o século XIX, a economia do Rio Grande do Norte diversificou bastante, passando a produzir de maneira expressiva, além do gado, do couro, do algodão e da rapadura, outros produtos como o sal, que incentivou o crescimento do litoral, principalmente Mossoró, com o tabaco, o peixe salgado e as drogas medicinais. A capitania era rica em minerais como o ouro, a prata, o ferro, o amianto, etc. Mas existiam dois grandes problemas que impediam o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, um de ordem econômica (falta de estradas, a falta de portos aparelhos, etc.); e a dependência em que a capitânia vivia com relação a Paraíba e a Pernambuco, isso trazia sérios problemas, pois sua comarca era dependente da Paraíba desde 12 de dezembro de 1687, até março de 1818, do ponto de vista administrativo era dependente de Pernambuco desde de 11 de janeiro de 1701, até 20 de

março de 1817, com a revolução pernambucana o capitão Mor conseguiu livrar-se da capitania dominadora.

Para aumentar sua independência econômica criou a alfândega de Natal, procurando tirar de Recife a função de entreposto comercial entre aquela capitania e o mercado externo. (parte)

Em 1845, o território potiguar compreendia uma divisão administrativa com quatorze unidades, tendo como sede a cidade de Natal, também capital da província e treze vilas, doze das quais são hoje sede de municípios.

Na segunda metade do século XIX, e na primeira do século XX, o Rio Grande do Norte, teve seu crescimento econômico de forma lenta, menos dinâmica que a dos Estados vizinhos, mas houve aplicação de investimento em suas atividades econômicas principais e a penetração do capital estrangeiro em alguns setores de sua economia, como é o caso das casas comerciais suíças em Mossoró, que passaria de centro pecuarista e administrativo, em império comercial; enquanto em Cunhaú houve aplicação de capitais com a implantação da usina de Maranhão; já a área sertaneja recebe a indústria de beneficiamento de fibra e das sementes do algodão. Existe um interesse por parte dos grupos econômicos.

Apartir de 1840, o comércio exportador da carnaúba causa

interesse aos grupos estrangeiros. Nessa época foram construídas as primeiras estradas de ferro Mossoró/Porto Franco e Natal/Santa Cruz (1880/83) as estradas em geral foram melhoradas. A introdução do automóvel após 1920, melhorou ainda mais as condições de tráfego dessas estradas sobretudo a que ligava Mossoró a Limoeiro do Norte no Ceará e a que ligava Macaíba a Santa Cruz.

A melhoria das estradas e o crescimento da população urbana beneficiaram o desenvolvimento da comercialização de certos produtos que antes eram usados para o auto abastecimento como por exemplo os queijos do seridó, região que ficou famosa pela boa qualidade dos seus produtos como: (manteiga, o queijo e o excelente algodão de fibra longa). Outros produtos como a carnaúba, que foi usado inicialmente para fazer velas teve grande expressão econômica nos vales do Açu e do Apodi, enriquecendo os proprietários dos carnaúbaís e comerciantes. O sal e a pesca apesar de abundante no litoral só tiveram significado nos meados do século XX, quando as companhias de comércio e navegação com o uso da tecnologia mais avançada, começaram a concorrer com as pequenas salinas dos moradores. Nessa ocasião (1909) o estado dividido em 35 (trinta e cinco) municípios cujas as sedes de acordo com a constituição estadual de 1892, podiam ser cidades ou vilas. As cidades em número de doze eram os maiores centros econômicos e populacionais e cinco delas estavam localizadas perto da capital. As sete restantes se distribuíam pelos vales do Açu,

A camada intermediária é representada pelos proprietários médios, pelos arrendatários, donos de caminhão e marchantes. No vale a propriedade não é privilégio das classes média e abastecida. existia, na margem direita do Baixo Açu, minifúndios com proprietários pobres, cuja classe é constituída de parceiros e moradores (meeiros) vivendo essa em, condições de absoluta miséria e subdesemprego.

Convém registrar ainda, um pouco da geografia humana da região pois difere das partes mais inferiores do nordeste, como o médio vale do São Francisco e o alto sertão de Pernambuco. Enquanto aí a mestiçagem entre o branco e o índio fixou os caracteres do mameluco, no Baixo Açu como, em quase todo o Rio Grande do Norte, sobreveio outra mestiçagem com sangue negro proveniente da zona da mata.

Os representantes desta composição racial são portadores de características das três raças fundamentais que compõem o povo Brasileiro. Junto a esses, porém, chama a atenção pelo contraste, um número elevado de indivíduos considerados "galegos" (claros, baixos olhos azuis ou verdes), (Valverde, Meequita, 1983).

Nos últimos anos o vale do Açu vem recebendo grandes investimentos por parte do Governo, como é o caso da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que veio enriquecer cada vez mais a

do Apodí e do Seridó. Já as vilas pequenas, centro de comércio e de administração local e de serviços menos especializados eram melhor distribuídas cobrindo o Rio Grande do Norte em toda sua extensão. (parte)

No contexto do Rio Grande do Norte destacamos a região atualmente chamada de Baixo Açu, para conhecer um pouco da sua história.

Por Baixo Açu, considera-se a parte do vale que se estende da cidade desse nome até as imediações do município de Pendência, a jusante da qual o Rio se ramifica em braços efluente e passa a sofrer a ação das marés. Faz parte da paisagem geográfica da região do Baixo Açu, o rio e as várzeas que são mais importantes. A várzea é larga, mas o rio é estreito. Fora das épocas de enchentes, o rio tem, na altura da cidade de Açu, uma largura de 100 metros, enquanto que nas enchentes normais é superior a 1 Km. A região percorrida tem clima semi-árido quente, o total de chuvas que caem no vale de Açu é inferior a 500 milímetros anuais (Valverde, Mesquita, 1983).

Em consequência das suas condições climáticas, a faixa do vale fora das várzeas, tem vegetação de caatinga e o regime do rio era periódico até a construção de grandes açudes no seu alto curso, como é o caso do seu afluente principal, o Seridó, o baixo



Água tem capacidade de manter um filete d'água mesmo em período de seca.

Outro elemento importante na paisagem do Baixo Água são as lagoas. Estas são numerosas e periódicas, alimentadas pelo excesso de água das enchentes do Água. Entretanto, duas têm maior significado, devido a sua extensão considerável: A lagoa do Piató, na margem esquerda, e Ponta grande na margem direita. Cinco carnaúbae caracterizam o vale, cuja homogeneidade é tirada de vez enquanto, por espécies isoladas como a citicoba, a quixabeira, os juazeiros e imbuzeiros.

O povoamento inicial das terras da região do Baixo Água foi feita através das datas de sesmarias, abrangendo cada uma imensas áreas.

Hoje em dia, as propriedades se encontram muito subdivididas, e nesse processo a partilha por sucessão deve ter tido papel fundamental, já que nos núcleos rurais do vale, são forte as relações de parentesco.

Na estrutura social do Baixo Água podemos citar no topo da pirâmide social as poucas famílias dos grandes latifundiários, já que grande parte delas reside nas capitais.

A camada intermediária é representada pelos proprietários médios, pelos arrendatários, donos de caminhão e marchantes. No vale a propriedade não é privilégio das classes média e abastecida. existia, na margem direita do Baixo Açu, minifúndios com proprietários pobres, cuja classe é constituída de parceiros e moradores (meeiros) vivendo em essas condições de absoluta miséria e subdesemprego.

Convém registrar ainda, um pouco da geografia humana da região pois difere das partes mais inferiores do nordeste, como o médio vale do São Francisco e o alto sertão de Pernambuco. Enquanto aí a mestiçagem entre o branco e o índio fixou as características do mameluco, no Baixo Açu como, em quase todo o Rio Grande do Norte, sobreveio outra mestiçagem com sangue negro proveniente da zona da mata.

Os representantes desta composição racial são portadores de características das três fundamentais que compõem o povo Brasileiro. Junto a esses, porém, chama a atenção pelo contraste, um número elevado de indivíduos considerados "galegos" (claros, baixos olhos azuis ou verdes), (Valverde, Mesquita, 1983).

Nos últimos anos o vale do Açu vem recebendo grandes investimentos por parte do Governo, como é o caso da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que veio enriquecer cada vez mais as

classes favorecidas. E mais uma vez deixando de lado aqueles que são mais necessitados, os programas governamentais com obras públicas de combate nos discursos oficiais destacavam a melhoria das condições de vida das populações carentes; todavia os fatos provam que ocorre o contrário, beneficia apenas os grandes proprietários.

### 3 - Baixo Açu: um povo que luta desde do passado

#### Ribeiras do Açu

"Testemunhas silenciosas, palco e cenário de uma história três vezes secular, de massacres, de expulsões, expropriação do homem nativo, homem terra, homem trabalhador". (Nazira Vargas, 1987).

No passado, na época da invasão dos portugueses, os sertões do Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão eram povoados pelas tribos Tapuias, indígenas que não falavam a língua geral dos Tupis ou "nheengatu", conhecidos também como os bárbaros ou Caborés.

Os Tapuias tornaram-se inimigos dos portugueses e para combatê-los aliam-se com os holandeses, na luta contra a escravidão e a expropriação. Sendo assim, voltaram-se para a catequese dos protestantes, recebendo instrução e armas, contrapondo-se aos Tupis, que sob a submissão dos portugueses, é eles aderiram e por eles lutaram e foram domesticados.

"Herchman afirma que os Tapuias particularmente conhecido pelos holandeses, eram comandados pelos reis Janduí e Caracará, chamados Taraityau, cujas terras ficavam ao ocidente do Rio Grande

do Norte e Cunhaú" (citado em Medeiros Filho, 1984:22).

A história dos primitivos habitantes dessa região é atravessada pela valentia e resistência na defesa de um modo de vida primitivo, como registrou a antropóloga Nazira Vargas, quando cita um trecho de um memorial iniciado por Pedro Carrilho de Andrade a El-Rei de Portugal: "São homens bem dispostos, sábios, sem achaque e de largas vidas, que bem se podem comparecer com os cabras de que dizem os poetas que não morrem nunca de velhos, senão quando matam". E a própria Nazira Vargas (1987:29) cita: "são mais ferozes do que as mesmas feras do montes agrestes, porque a muitas levam vantagem, nas forças nas ligeirezas do correr e nos usos e costumes (...)".

Falando da agricultura desenvolvida pelos Tapuias, Maurício de Oliveira encontra em Marcgrave e em Jacob Rabi referências a algumas práticas de fabrica de bebidas, frutas e raízes, de plantio e armazenamento: "(...) mas quando o rio volta ao seu leito, regressam às moradas costumeiras, eles consagram a atividade à sementeira, principalmente plantam milho ou maizium, vários legumes e aboboras em forma de bilha". (RABBI in. Maurício, 1988:227).

Em 1687, as tribos do Vale do Açu com as do vale do Jaguaribe, levantam-se numa grande revolta, chegando a vencer contingentes comandados por Albuquerque Câmara perdurando essa

guerra entra até quase 1660. O mestre de campo, Jorge velho que a mando do governador de Pernambuco, Exmo Acebispo D Frei Mancel da Ressurreição, efetivou um grande massacre, abatendo 360 nativos.

O documentos da época registram uma resistência dos Tapuia aos colonizadores até 1726, incluindo-se aqui as fugas do cativeiro. Nesses combates, participaram, ao lado dos portugueses, índios e negros que já se encontravam em seu domínio: "tempo glorioso esse, na história do oprimido: Em Palmares, Zumbi e seu sonho de liberdade.

Nos sertões do Rio Grande, Janduí e seus companheiros, em levante, defendem o mesmo sonho. Contra eles, os inimigos comuns: Bandeirantes paulistas que se apoderaram do segredo do seu chão, para destruir os filhos da terra; soldados armados com o que de mais avançado havia, em munição de guerra; negros e índios nos quais a ideologia de fidelidade ao El-Rei e sobre tudo ao Deus todo poderoso dos cristãos, cravara o espírito e armara as mãos contra seus iguais "(Varga, Nazira 1987:46).

Foi tentado um tratado de paz no governo de Bernardo Vieira na Capitania do Rio Grande do Norte. Mesmo assim a colonização prosseguia.. O domínio sobre os índios perdurou sob o violento processo de domesticação até o extremo de utilizá-los na grande traição contra a tribo dos Paiaçus, seus do Jaguaribe, Urdida em 1699, pelo mestre do campo, Morraes Navarro.

Mas se em algum momento os índios enfraqueciam, logo voltaram a se rebelar contra os colonizadores e é o que se percebe nas citações Manoel Rodrigues de Melo: "Até o começo do século dezoito era aquela zona constantemente invadida pelas hordas dos índios rebelados, vivendo então, seus habitantes em constantes sobressaltos conforme depoe o ilustrado conterrâneo, Desembargador Antonio Soares" (1940:149). E somente de 1713 em diante, depois das últimas investidas e insultos dos índios Caborés contra os moradores do Açu, mais de um século, portanto, ~~da~~ conquista do Rio Grande, foi que a zona da várzea pôde mais ou menos estabelecer suas fazendas de gado e desenvolver embora muito lentamente, a agricultura, ainda dos seus incipientes carnaubais, utilizados na feitura de pequenas casas dos agregados, dos índios domesticados, na confecção de chapéus, abanos, esteiras e milhares de outros utensílios caseiros" (1940:151).

Câmara Cascudo em sua história do Rio Grande do Norte, faz referência ao desaparecimento da comunidade indígena que "reduzidos foram sumindo, misteriosamente, como sentido que a hora

passara e eles eram estrangeiros na própria terra". Em vilas e guardados pelos jesuítas, terísios e carmelitas, trabalhavam. Mas ainda como disse Casoudo: "A liberdade do Marquês de Pombal matou como um veneno. Dispersou-os, esmagou-os, anulou-os (...)" (1984:38).

Na segunda década do século dezoito, uma seca ajuda a aniquilar muitos de indígenas sobreviventes. O povoamento processava-se. As antigas datas de sesmaria subdividiam-se em faixas transversais ao rio, de modo a aproveitar vazantes, várzea e tabuleiro. O gado e posteriormente o algodão eram complementados por uma produção de alimentos, a chamada lavoura de subsistência: feijão de corda, milho, favas, sorgo, jerimum, melão, melancia, banana e batata doce.

A pesca do piaú, da traira, da curimata, da piranha ou do tucunaré, oferecia as proteínas para os moradores do vale do aqu.

Nada ficava dissociado da lógica de acumulação primitiva que se processava, nem tão pouco estava isolado de todo o processo econômico e social do país, com suas articulações externas.

A pequena produção familiar sobrevivia numa associação que permitia não apenas "ciclos alternados de colheita (vazante, várzea e tabuleiros)", como também a "possibilidade de se ocupar eventualmente outras atividades, como a pesqueira e a extrativista



" (MOURA Conceição, 1987:20), além dessas atividades, o vale também se caracterizou por desenvolver atividades de beneficiamentos, como o semi-processamento do couro, e a feitura de carne seca, que viria a ser sacrificada em favor de grandes interesses regionais.

A indústria da carne seca ou charqueada, surgiu no Vale do Açu em meados do século XVIII, essa atividade econômica resultou da associação da criação de gado praticada na região, ao clima e a proximidade com as salinas e do porto. Esses fatores extremamente favoráveis, definiram, assim, uma nova atividade econômica que resultaria em mudanças significativas no quadro local. É o que se percebe na seguinte citação:

"Paralelamente à luta pela própria terra, surge o sofrimento pela defesa das riquezas que privilegiam a região, como por exemplo o sal, a carnaúba e as oficinas de charqueadas, lugares históricos do Rio Açu e Mossoró, onde fora instalada, na segunda metade do século XVIII, a indústria da preparação de carne seca e salgada, aproveitando-se a proximidades das salinas e abundâncias do gado bovino". Localizadas na foz do Rio, as oficinas de Açu motivaram a criação da mais antiga povoação do município: Oficinas" (ARANHA, Tereza 1987:12).

No entanto, questões regionais viriam sobrepor-se a dinâmica local e impedir o avanço dessa atividade. O governo do vizinho Estado de Pernambuco, abastecido pelo gado vindo da capitania do

A empresa açucareira, concentrada-se no litoral oriental do Estado. No agreste e no sertão predominava a pecuária extensiva e o algodão, tendo o algodão, no final do século XVII e no início do século XIX, seu apogeu junto o mercado externo principalmente o setor [Textil] Inglês. E neste Nordeste, classificado por Francisco de Oliveira como o Nordeste algodoeiro-pecuário, vai surgindo uma certa hegemonia sobre o velho e colonial Nordeste açucareiro.

vivos.

rebanhos do Rio Grande do Norte voltassem a ser comercializados funcionamento das oficinas de Aguiar e Messoré, de maneira que as polémicas discursivas, o governador de Pernambuco proibiu em favor daqueles interesses. Assim, depois de um período de vamente dependente de capitania de Pernambuco, definiu a questão O fato do Rio Grande do Norte ser na época, administrati- que a carne seca.

Pernambuco um volume de 98 vezes maior de tributos recolhidos do venda do boi em pé, renda para jogo com esse mudança era o volume de tributos recolhidos. Com a Recife e nos engenhos, desde de 1784. Na verdade o que estava em Aguiar e Messoré estavam prejudicando o consumo da carne verde em Pernambuco, em carta a Portugal, ressaltava que as chegadas de (animais para uso) para aquele estado. Em 1784, o governador de que teve como resultante a diminuição de exportação de gado Rio Grande, sentiu-se prejudicado pela indústria de carne seca,

A região do Baixo-Água é caracterizada pela tendência à pecuária extensiva em grandes áreas de terras com poucos trabalhadores e com características arcaicas na produção. Por outro lado, o cultivo do algodão, característico das pequenas e médias propriedades, era usado nas grandes fazendas que compunham o binômio gado-Algodão, um regime de parceria ou de arrendamento em formas tradicionais de cultivos e usando de muitos mecanismos de exploração.

O progressivo fenômeno de expropriação compreendia desde a abolição do uso de áreas comuns, a grilagem e aforamentos em terras públicas que se somavam aos latifúndios existentes. A medição ampliada de forma desonestas, em compra de baixo custo, também se consumava mesmo com denúncias que se tornavam em vão na morosidade da justiça.

As secas, constituíram-se em circunstâncias fundamentais para "Caça ao Tesouro" e a apropriação pelos grandes proprietários que também eram os principais representantes políticos. Este fenômeno climático constituía para a "explicação" mais contundente para a pobreza e expropriação do explorado produtor rural.

Foi baseado nesta explicação que na conhecida Fase hidráulica do planejamento agrícola nacional, através da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, - IFOCS ou posteriormente, em 1945, DNOCS, foram implantados projetos cheios

Na entrevista colhida por Nazare Vargas, contém um registro

tomava tudo na marre " (Cf. VARGAS, Nazare, 1987:95).

" (...) Serra Branca o Dr. Silvestre, o dono do Recife,

" e, foram expulsos por Serra Branca, já não foi mais o povo do beigo do rio e tomaram a serra, com borraça, com tudo".

14".  
Pindoba, era o povo da beira do rio que justamente era os donos da  
" (...) a mangóba, que levava a mangóba da serra da

No ciclo da Borraça, quando foi incentivada uma migração para o Norte do país, os que não saíram do vale encontraram igualmente trabalho na extração do látex, na Mangóba, este árvore se fazia presente na região. Mas no entanto, foi este mesmo presença que ocasionou novo processo de expropriação:

teoricamente no "Fígalo da Seca".  
este instrumento criado para combater a miséria consubstanciada concentradora de estrutura produtiva, favorecida, isto sim, por foram e ela incorporadas em nada alterando a configuração. Só que, na postura Oligárquica, as ações decorrentes dessa fase desenvolvimento regional. A condição estava no aumento de água. de condições que serviam para o bem-estar social e para o

importante que ficou na memória popular, com ato simbólico de luta e resistência:

"Foi acontecido ali, numa propriedade de Desterro. O serra Branca vinha lá de trás tomando, tudo que era terra... lá no Monte Limpo, tinha uma moça muito danada, uma coroa viu, muito danada. Armou-se e disse: - Dequi por diante, não passa. Chamava-se Chiquinha. Era a mulher do feção. Era a mulher da resposta pra tudo.

..."(VARGA, Nazira, 1987:96)

A carnaúba foi também motivo de concentração de terras. Isso aconteceu principalmente no período entre as duas grandes guerras, quando o mercado internacional diferiu um preço compensador para quem comercializava este produto.

A extração da cera de carnaúba no vale, assim como, o trabalho das salinas nos municípios vizinhos, constituíam alternativas de sobrevivência na época do verão, juntando grande número de trabalhadores, mesmo com as condições penosas. Nazira assinala: "No período do corte anual, as Várzeas eram um formigueiro humano. Lá estavam trabalhadores de outros lugares das redondezas".

Outra alternativa eram as salinas, a participação dos

trabalhadores rurais nas salinas, veio formar um novo processo de conscientização. Precisando sair do seu habitat natural para desempenhar uma atividade, também existia opressão, mas vai este trabalhador descobrir a organização sindical e aprender discutir com os companheiros suas reivindicações. Este movimento teve início e auge na década de trinta (1930-40), recebeu muita influência do partido comunista, que começou em Mossoró, indo até os municípios vizinhos de Macau, Areia Branca e posteriormente Açu. Foi uma primeira referência a uma ação sindical organizada nesta região por parte dos trabalhadores do campo.

A extração de minérios, principalmente a Xelita, foi também marcada por agressões, iniciado nos anos 40. Foi foco de atração para investidores externos. A "malocagem", o trabalho autônomo reduzido a poucos, já que as grandes firmas estrangeiras começa a controlá-los. Encontramos em Nazira Vargas um trecho de uma entrevista que mostra com precisão, o ocorrido: "O fracasso chegou porque foi comprado pelos galegos e não da malocagem. Proíbiam a malocagem dos pobres. Ai quem ficou, ficou, trabalhando na sujeição deles (...)" (1987:124).

No período de agosto a fevereiro estavam concentrados o maior número de operários nas salinas dos municípios de Areia Branca, Mossoró e Macau, localizados nas proximidades do Vale do Açu.

Foram os trabalhadores das salinas que sofrendo com o trabalho árduo, com desgastes físicos, e com grande extorsão, foi no Rio Grande do Norte a atividade operária, que deu início a uma organização sindical.

As atividades políticas e sindicais desenvolvidas pelos trabalhadores, ocasionou muitos confrontos com o patronato da região. Insatisfeitos com as tentativas de organização dos trabalhadores das salinas, os patrões sentiram-se ameaçados e responderam a essas ameaças com uma repressão brutal. Podemos avaliar a intensidade da repressão através do fato de que as reuniões serem às escondidas. Contudo a perseguição sem tréguas fazia com que as pessoas suspeitas de estarem envolvidas em tais movimentos perdessem a liberdade de andar livremente. Passavam a serem caçados por policiais locais ou pelos grupos armados privados, mandados pelos patrões. Devido a isso, alguns trabalhadores tiveram que viver clandestinamente.

Em meados de 1935, surgiu entre os militares do Partido Comunista do Brasil, notícias de que se preparava um levante de nível Nacional, sobre o comando daquele partido. Com isso os trabalhadores que estavam na clandestinidade se reuniram para discutir com a direção do partido que atitudes poderiam tomar. O que mais preocupava era como poderiam naquela ocasião evitar a dispersão, de modo que no momento certo estivessem em condições de

resolverem perseguí-los. A batalha ocorreu nas proximidades do  
 Os donos das terras, informados de aproximação do grupo,

vigilantes." Grifo do autor (FERREIRA, Brasília, 1989:200).  
 numa subversão sem precedentes da relações de trabalho ali  
 to tentara organizar os trabalhadores rurais em sindicatos,  
 rios rurais nas haviam esquecido que em 1934, Manoel Torque-  
 São, onde ainda permaneciam seus familiares. Os proprietá-  
 "Ineiros", especialmente a de Manoel Torquato, natural de re-  
 latifundiários reagiram violentamente à presença dos "Guerril-  
 "No início de 1936, o grupo deslocou-se em direção a Água. Os

deslocou-se de Moscoró em direção ao Vale do Água.  
 interrompida pela vigilância constante da polícia, o grupo  
 isolados, sem notícias e com a rede de apoio material  
 restaram a represão ficando organizados até 1936. A esse tempo,  
 difícil, e o grupo com sua sobrevivência ameaçada. Mesmo assim  
 carga representava que se seguir, os contatos foram ficando mais  
 avaliava. Com o fracasso do levante de novembro de 1935, a  
 unidade operário-camponesa, capaz de respaldar o movimento que se  
 com a polícia da região. Na verdade, eles queriam construir uma  
 permaneceu entre Moscoró e Água e teve alguns enfrentamentos para  
 anoava para próximo. Surgiu então a Guerrilha. O grupo  
 mantiveram-se unidos em preparação para intervir no levante que se  
 decidiram pela formação de um grupo que praticasse de "Guerrilhas",  
 integrar-se a "Revolução". Mesmo com a direção do partido contra,



agude "Canto Comprido", atual município de Carneábas. Nesta batalha morreu um proprietário (Artur da Fonseca Montenegro), também conhecido como Artur Felipe. Após esta morte começa uma perseguição sem trégua aos guerrilheiros e também a seus familiares e a qualquer pessoa que tentasse ajuda-los. O grupo sem condições de sobrevivência, foge para o estado vizinho. O líder do movimento, Manoel Torquato é morto por um companheiro. O grupo se desfaz, alguns são mortos ou presos na tentativa de uma fuga, outros conseguem escapar para não serem violentados.

Com o aniquilamento do grupo e diante da perseguição a qualquer forma de organização dos trabalhadores termina, mais um ato de resistência em busca de um modo de vida melhor, onde permitisse a sobrevivência das famílias dos trabalhadores rurais, no Vale do Açu.

**1 - A POLITICA DE REORGANIZACAO SOCIAL NO BAIXO AÇU: O caso da barragem Armando Ribeiro Gonçalves.**

A vida dos moradores ribeirinhos do Baixo Açú foi sempre cheia de ameaças, expropriação e exploração. Depois de algum tempo a história para que se repetia, a mesma história dos antepassados, a população nativa seria obrigada a sair de suas casas do seu meio de sobrevivência por causa de uma proposta feita pelo Governo Federal, para solucionar os problemas da seca com programas de irrigação no nordeste. Através do decreto de Nº 36.370/1954, (sob a alegação de ser de utilidade pública), governo do então Presidente da República João Café Filho (1954), para construção do açude público Oiticica, no município de Jucurutu. Logo após outro decreto Nº 76.046, de 29.07.75, considerava de utilidade pública e interesse social para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Secas (DNOCS), uma área de diversas parcelares com 158.476,84 hectares de terras ao longo das ricas ribeirinhas do rio Piranha ou Açú. Destes, 67.036 ha seriam destinados para a bacia hidráulica e faixa seca de um grande açude pública denominado de Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Os outros 91.440,84 ha., segundo o governo, através do DNOCS, seriam utilizados pelo Projeto Baixo Açú, passando a ser o novo vale de Açú e atingiria sete municípios; Macaú, Pendências, Alto do Rodrigues, Carnaúbas, Ipanguaçu, Açú, São Rafael e Jucurutu.

Um FOLDER, feito sobre o Baixo-Água apresentado na divulgação

retirados, VARGAS, Nazira 1987, p. 39-41).

propriedades de Jucurutu as que mais foram penalizadas. (números propriedades de São Rafael e 528 propriedades. sendo 843 propriedades atingidas pela bacia hidrográfica apresentou um total de 1.637 totalizando 20.250 pessoas. O número de propriedades rurais projeto de irrigação e 3.693 na parte da bacia hidrográfica, desapropriada existem 3.955 famílias, sendo 1.263, dentro do desapropriadas e 4.278 ha inundados. Na área que foi consequências do projeto, foi Jucurutu, com 10.152 ha, inundada (9.665 ha). O outro município que também sofreu com as sua área desapropriada (20.636 ha), a outra metade quase toda construído do reservatório foi o de São Rafael, que teve metade de 1979. O município que mais sofreu com o tal projeto de barragem, eram os mais prejudicados, a partir do mês de setembro da não acontecia como os moradores ribeirinhos, situações e montante da grandes proprietários não seriam prejudicados, no entanto o mesmo irrigadas e inundadas pelas águas de barragem, estava claro que os ficaria para o perímetro de irrigação. Com as áreas que seriam ha., correspondia a parte da bacia hidrográfica e os 10.362 ha. final terminou por atingir uma área de 51.799 ha, dos quais 41.437 parcelas e trabalhadores "acomodados em terra de família". No proprietários, além de muitos outros como: posseiro, arrendatário Este projeto em princípio atingiria os grandes e os pequenos

- de barragem tres alguns dados mencionados abaixo, os quais serao  
 objetos das seguintes observacoes:
- Por um lado as vantagens que o projeto traria a populacao:  
 - Um reservatorio de 2,1 milhoes de m<sup>3</sup> de agua para combater as  
 calamidades da seca;  
 - As industrias, a populacao e a agricultura seriam livres das  
 enchentes, graças a barragem, pois apresentaria um controle vazao;  
 - A barragem era o sonho maior de toda populacao;  
 - A cidade velha seria submersa e construida a Nova Sao Rafael,  
 com criterios, conforto e humanismo;  
 - O peixe de maior importancia beneficiaria 800 familias através  
 pesca com o represamento das aguas.
- Por outro lado observamos entretanto que os fatos revelavam  
 o contrario, ocorrendo perdas e impactos provocados pela  
 construcão da barragem Armando Ribeiro. Vejamos alguns:
- Desorganizacao na economia: houve diminuicao na area irrigavel  
 foram submersos mais de mil estabelecimentos rurais, o desapare-  
 cimento da mata de canneval foi grande em longos trechos de  
 ribeira do rio;
- Submersao das riquezas minerais: Amianto, Barita, Celcorio,  
 Mermoer, Areia Monorfita, além de uma comunidade inteira como  
 é o caso da cidade de Sao Rafael;

- Desaparecimento de atividade como: garimpo, artesanato, pecuária;
- Aspectos sociais: foram deslocadas as populações ribeirinhas, desaparecendo o garimpo, e uma estrutura fundiária com mais de mil estabelecimentos agrícolas (São Rafael e Juourutu), a população passando a ter nova convivência e novos hábitos ao largarem o seu modo de vida na mudança de habitat, principalmente na Nova cidade.

As metas e objetivos do governo segundo o DNOCS, eram a criação de novas oportunidades de emprego para o meio rural, para diminuir o êxodo, no entanto por falta de atividades, muitos migraram para outros municípios. A perspectiva de melhor nível de vida e a promoção social dos moradores ribeirinhos a serem beneficiados, esboçavam quase como palavras de ordem, porém os agricultores na sua maioria rezavam e pedindo a "graça de Deus", pois os profetas da terra só prometeram e não cumpriram. As possibilidades de novas técnicas agrícolas era outra proposta, talvez a única executada, porém trazida pelas agroindústrias e de modo bastante refinada, a mão-de-obra utilizada é muito pouca, o suficiente para manter as máquinas trabalhando e continuar com a expropriação do homem, pagando salários não justos sem contar que os produtos num (melão, uva, melancia, maracujá, e outros), nunca chegam ao trabalhador, uma vez que iam para exportação. Foram

muitas as promessas feita pelo governo para combater a calamidade publica atraves dos seus projetos milagrosos como e o caso da barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

Nos fins de 1980, na incerteza de haver chuvas ou nao, e com as obras da parede da barragem ja bem adiantada, previa-se ocorrências de grandes inundações nas casas dos moradores ribeirinhos se houvesse enchentes, e as assistentes sociais voltaram ao trabalho para convencer os moradores a sairem das margens do rio. A única saída proposta pelo projeto, eram as casas das agrovilas de Serra de Mel, casas estas que se encontravam em precárias condições, tratavam-se nao de lotes preparados para as familias expulsas do Baixo Açu, mas de uma saída improvisada.

A partir de janeiro de 1981, foi dado inicio ao processo de transferência dos moradores do Baixo Açu, para Serra de Mel. As vilas para onde foram deslocados estas familias foram: Vila Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Nas vésperas do Natal de 1981, uma noticia que já era esperada se alastrou por todo o Rio Grande do Norte. No Baixo Açu foi apenas a confirmação das previsões dos moradores ribeirinhos. No dia 15 de dezembro desmorona parte da parede da barragem

Armando Ribeiro Gonçalves. O período em questão registrava no Nordeste Brasileiro uma das mais longas secas da sua história, não se registrando bom inverno desde 1979. O acúmulo de água era inexistente, até mesmo a evasão do rio Piranha tinha sido desviada em consequência das obras. O certo é que a barragem sofreu um afundamento, mesmo sem estar com água. Imagine-se o que teria acontecido se os dois bilhões de metros cúbicos estivessem acumulados...

Esse grave acontecimento acordou a população do Rio Grande do Norte para a questão do projeto Baixo Açu, tendo em vista as mudanças feitas no plano inicial de desapropriação, deixando de fora todas as terras pertencentes aos grupos dominantes da região, os constantes debates vieram abaixo. E os moradores à montante da barragem estavam sozinhos, apenas com o apoio da Igreja e de seus sindicatos em suas lutas. Mas o risco de uma tragédia coletiva de novo acordava a população. Manchetes acusadoras explodiram nos jornais do Estado: "Deslizamento destrói barragem" (Diário de Natal, 17/12/81); "Barragem revolta população" (O Poti, 27/12/81); "DNOCS silêncio sobre a Barragem" (Diário de Natal, 24/12/81), etc.

Na explicativa revolta de todas as pessoas que moravam nas cidades, sítios e fazendas da várzea do Açu, um desafio foi lançado. Somente diante a aceitação desse desafio os moradores

Participaram de inauguração o Presidente da República, José Batschelet, Ministro do Interior Mario Andrés, Governador do Estado do Rio Grande do Norte, prefeitos, políticos de região. A barragem foi inaugurada, mas nenhuma alternativa era discutida para a população que seria deslocada e a já deslocada para a Nova São Rafael, desde fevereiro, março e abril de 1983. Os moradores assumiam uma atitude de resistência de não sair de suas casas. A maioria eram trabalhadores sem terra, nada recebiam de indenização, e outros pequenos proprietários que também nada receberiam devido as exigências feitas e documentadas. Com o esgotamento dos lotes de Serra do Mel, a única alternativa feita pelo DNOCS a esses moradores foram casas feitas de madeirite, em núcleos de barracos espalhados nos tabuleiros secos.

Água.

Finalmente em 29 de maio de 1983, foi inaugurada a barragem do mesmo com os incidentes as obras continuavam a todo vapor e

estavam sendo realizados. Os diretores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas deve fazer casas nas costas da barragem, residência para o Ministro Andrés e este mesmo para o Presidente da República. Atende vamos acreditar que a obra é segura "(O Pott, 27/12/81).



Nesses tabuleiros, os moradores ribeirinhos não tinham condições de plantar, e nem mesmo a água de beber era boa.

A construção da Nova São Rafael, foi outro pesadelo. Cidade produzida com tanto humanismo, trouxe água e luz, mas não deu as condições necessárias aos proprietários para os mesmos pagar mensalmente aquele papel "desgraçado" como afirmava o poeta Rafael Arcanjo da Costa, quando faz o poema cantando a aflição do seu povo.

"chegou o papel da água  
para nós dar o aviso  
para nós todos pagar  
Ninguém não fique indeciso  
para quem não tem o dinheiro  
foi um dia de juízo...

Certo é que o homem pobre  
E quem mais carrega a cruz  
E igual o sofrimento  
Que sofreu nosso Jesus,  
O vento não traz dinheiro  
Que se pague a água e luz"

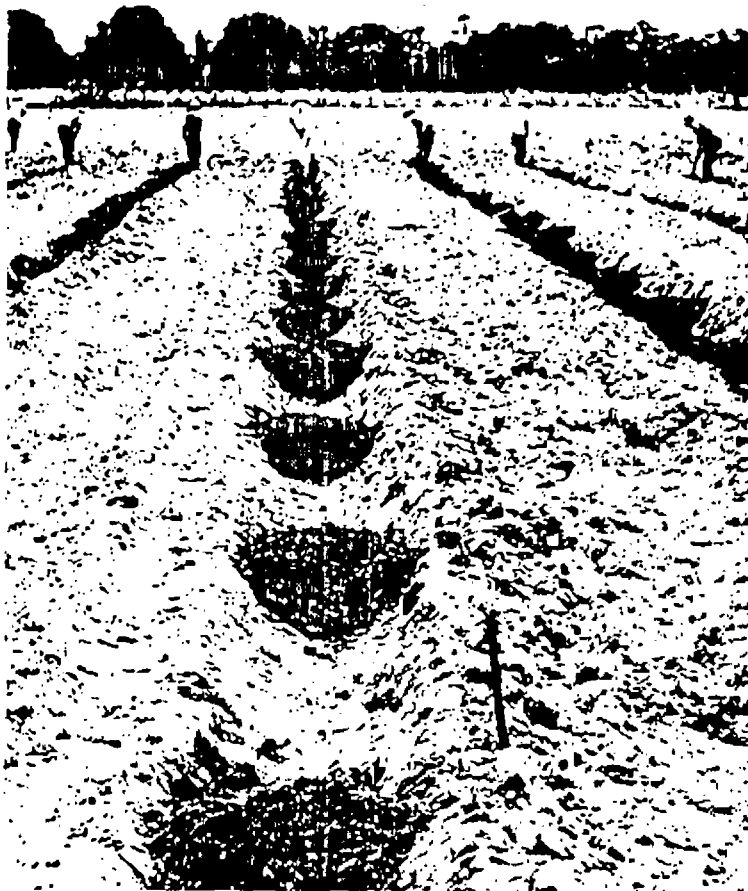
(VARGAS, 1987:126)

No inverno de 1985, a barragem recebeu um volume de água

superior a sua capacidade, apesar da garantia de sua segurança física, houve um incidente com a crista da barragem. Esse incidente foi suficiente para espalhassem notícias de novos desabamentos, deixando as populações do vale em pânico, principalmente a população de Açu e Macau, as quais seriam as mais atingidas.

Todas essas transformações ocorridas em todo o espaço social da área do Projeto Baixo Açu, como: inundação da cidade de São Rafael, onde a população foi removida para uma cidade criada nos moldes do BNH; possibilidade da inundação de outra cidade, no caso, a cidade de Jucurutu; submersas de recursos naturais que estavam sendo explorados; perda de toda uma floresta de carnaubeiras e de porções significativas de terras de várzea submersa; perda de sítios arqueológicos na área de São Rafael, se transformaram em preocupações da população de todo o baixo Açu, que não recebem o retorno de todas essas perdas na sua economia. A barragem Armando Ribeiro Gonçalves está pronta desde de 1983, e o projeto de colonização não teve início. Outra preocupação é da apropriação de porções significativas de terras férteis do vale por parte das agro-indústrias, que ameaçam a utilizar as potencialidades agrícolas do vale, implantando grandes projetos de culturas irrigadas para produzir algodão, uva, melancia, graviola e maracujá, modificando assim o objetivo do projeto inicial que tinha como sujeito principal o pequeno produtor e os trabalhadores

sem terra, numa prova de que a barragem Armando Ribeiro Gonçalves se tornou um empreendimento imposto arbitrariamente as populações ribeirinhas e por isso ainda não integrou-se à vida da população do Baixo Açu, como seria de esperar e desejar. O certo é que o espaço do Baixo Açu foi reproduzido para o grande capital.



## BAIXO-AÇU EM NÚMEROS.

### DIMENSIONAMENTO DA BARRAGEM:

- Altura máxima 40m
- Comprimento de crista 3.500m
- Acumulação de água 2,4 bilhões de m<sup>3</sup>
- Capacidade de tomada d'água 25m<sup>3</sup>/s
- Área Inundada 40.000ha
- Custo total Cr\$ 487.000.000,00
- Prazo de execução: 3 anos

### POPULAÇÃO BENEFICIADA PELO PROJETO

- Irrigantes 2.812 famílias
- Trabalhadores agrícolas 9.420
- Empregos na administração 568
- Empregos em serviço (Indiretos) 1.400
- Total da população beneficiada 72.420

### OFERTAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGRO-PECUÁRIOS

- Produtos Agrícolas: 300.000 toneladas/ano
- Leite: 33 milhões litros/ano
- Gado para abate: 8.400 c/a

### AUTOFINANCIAMENTO

O ganhador da Concorrência Pública para a construção da Barragem, arcará com o financiamento total das obras, amparado na resolução 63 do Banco Central. E o autofinanciamento, que permitirá ao DNOCs uma carência de 8 anos para começar a saldar suas dívidas - e já com os frutos da terra irrigada.

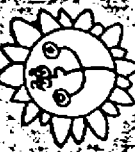
### TRANQUILIDADE PARA A COMUNIDADE

Todo trabalho de execução do Projeto será realizado sob controle de um Plano Diretor, que orientará toda ação do DNOCs na área a fim de minimizar os contratempos com a implantação da obra. Isso representa tranquilidade para toda população do Vale.

**MINTER/DNOCS**



Vale Bem! Projeto Balsa Açu é no Rio Grande do Norte, compreende terras de seis municípios - Açu, Carnaubais, Ipanguaçu, Alto do Rodrigues e Pendências. No grande vale tudo vai mudar. Para melhor.



2.4 bilhões de metros cúbicos de água disponíveis para consumo. As necessidades da região. Água suficiente para a irrigação de 21.487 ha líquidos em regime de agricultura intensiva durante todo o ano.

Em 3.000 hectares de área irrigada, o volume de produção dos 40.000 ha que o rio vai cobrir, em 1968, melhora de vida, vida nova. Uma nova São Rafael será totalmente construída pelo DNOC-3, dentro dos planos de desenvolvimento econômico e social.

JUCURUTU

CARNAUBAIS

INDUSTRIAS, POPULAÇÃO E AGRICULTURA irão dar eficiência, graças à Barragem, para crescer.

As culturas de verão. Uma área de 2.000ha de terra úmida e 10.000ha de terra de sequeiro, beneficiando 600 famílias.

RIO BERIDO

RIO BERIDO

IRRIGAÇÃO E ISTO. Nos próximos anos, nos municípios de produção agrícola.

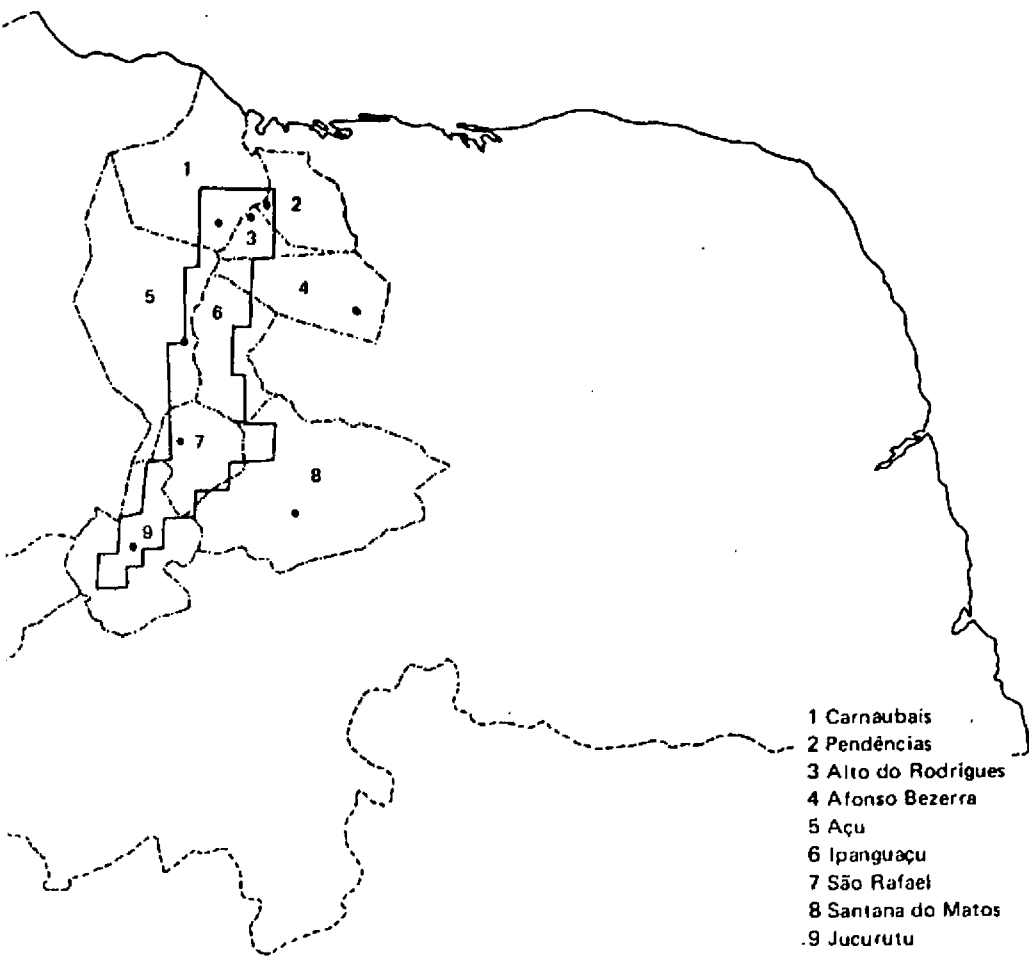
SÃO FRANCISCO DO PROCELTO: 35 milhões de litros de leite/ano.

Em três anos, tudo estará concluído. C\$ 2.000.000.000 serão investidos na obra de reativação do Vale do Açu.

O plano é de maior aproveitamento. O plano é de maior aproveitamento. O plano é de maior aproveitamento.

**Anexo 2** Mapa do Rio Grande do Norte – municípios atingidos pelo Projeto  
Baixo-Açu.





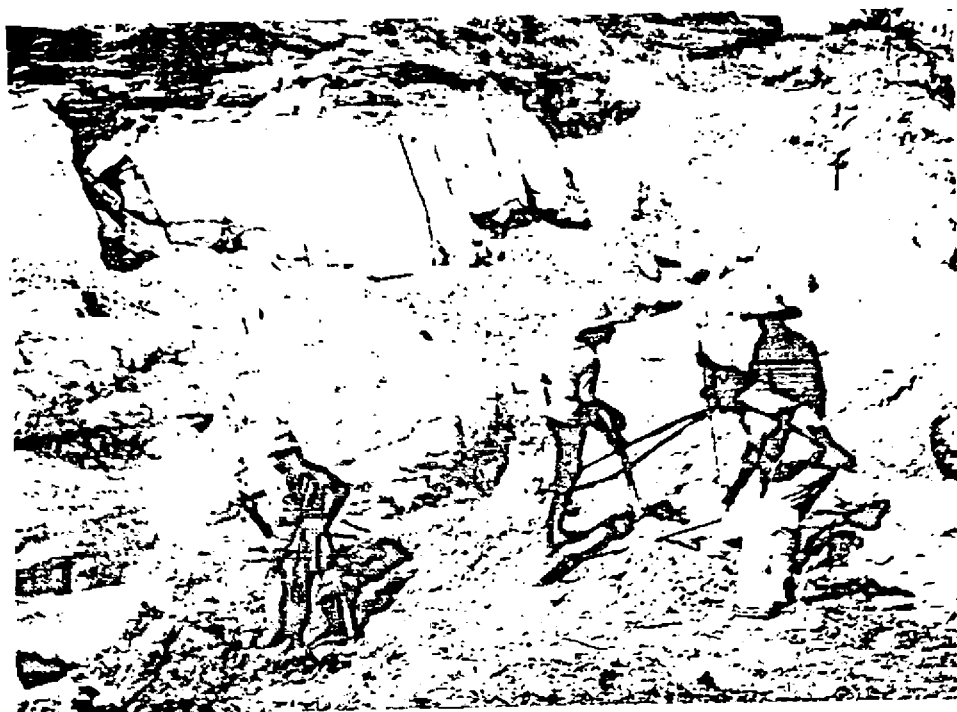
**QUADRO 1**  
**PROJETO BAIXO AÇU**  
**ÁREAS DIRETAMENTE AFETADAS PELO PROJETO**

Município	Superfície Territorial (ha)	Pelo Perímetro de Irrigação	Área Afetada (ha)			
			Pelo Reservatório		Total	
			Desapropriada	Inundada	Desapropriada	Inundada
São Rafael	44.300	—	20.636	9.665	20.636	9.665
Jucurutu	99.900	—	10.152	4.278	10.152	4.278
Ipanguaçu	60.600	10.362	4.931	2.311	15.293	2.311
Açu	151.000	—	5.718	2.846	5.718	2.846
<b>Total</b>	<b>355.800</b>	<b>10.362</b>	<b>41.437</b>	<b>19.100</b>	<b>51.799</b>	<b>19.100</b>





Para fazer a campanha da Faixa Seca  
Precisamos lutar com cuidado,  
E a batalha da Reforma Agrária,  
É unir-se os desabrigado!...



Já está chegada a hora  
D'eu fazer minha partida...  
Adeus povo da Pedreira,  
Do Oiti, Várzea Comprida...



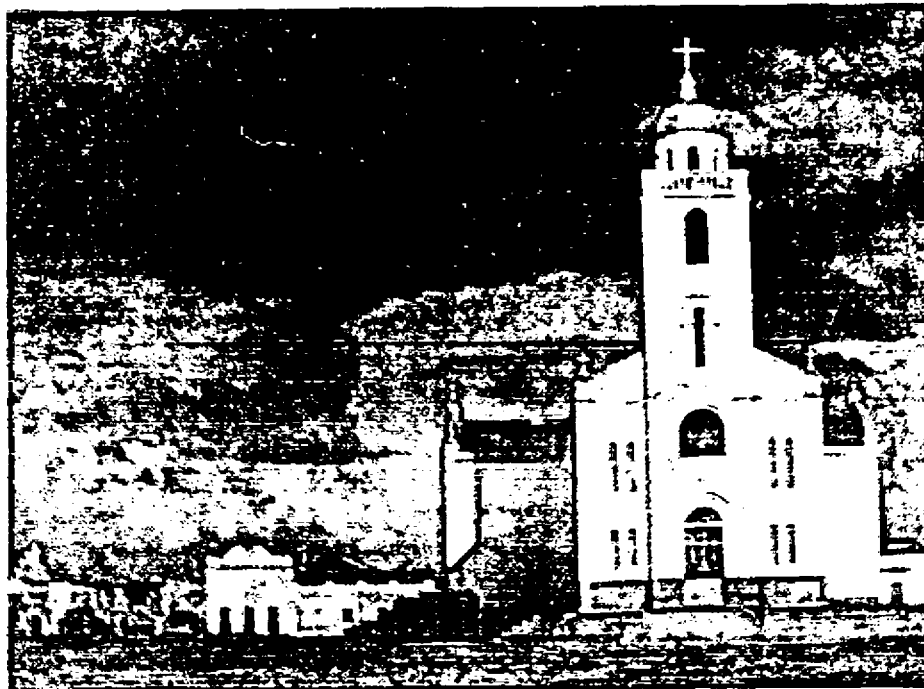
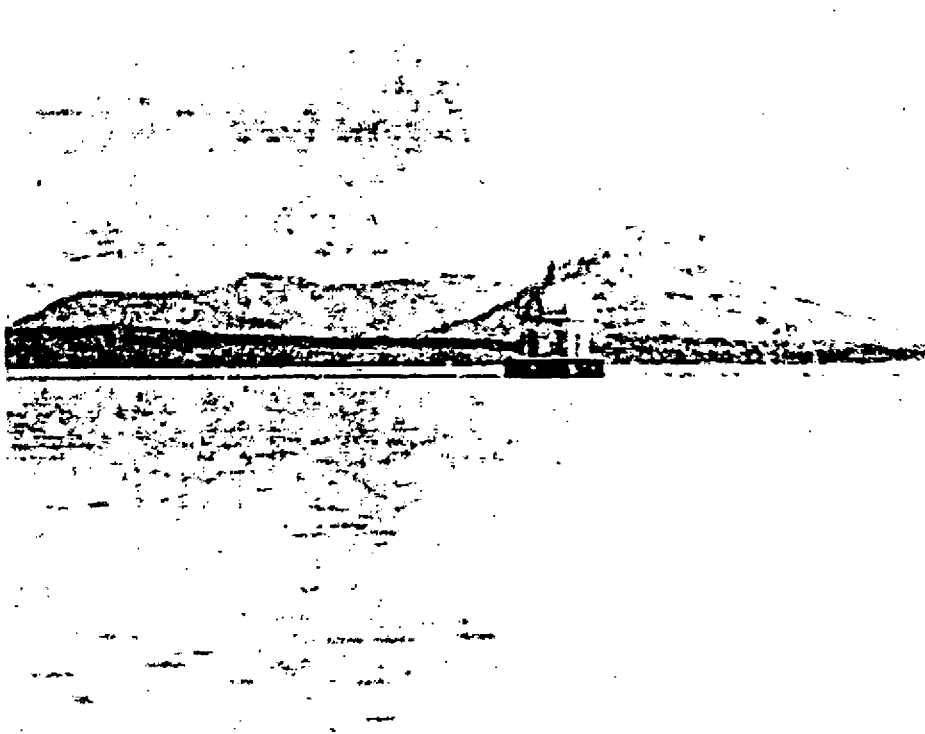
Adeus à minha vazante  
Que eu plantava na areia  
Quando chegava feijão  
Era uma barriga cheia...

**DERRUBARAM NOSSAS CASAS  
MORAMOS EM BARRACOS**

**O DNOCS NOS TRANSPORTOU PARA  
ONDE PASSAMOS DE EMERGENCIA**



Só é bom pros grande homem  
Que muito mais cria nome  
Mas quem sai morrendo a fome  
O direito é reclamar!



Cobre a Igreja e os Santos,  
Passa até da Estação  
Fica ruim para os devotos,  
Que têm a Religião...

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA:

01. IBGE, 1991
02. MESQUITA, Miriam G L VALVERDE, Orlando, Geografia agricola do Baixo Açu. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. 493p
03. ANDRADE, Mancel Correia de. A Producao do cacau Norte-Rio-Grandense. Natal: UFRN. Ed Universitária, 1981, 50p.
04. VARGAS, Nazira Abib Oliveira. História que o povo conta: Opressão e sobrevivência. Recife, 1987, FUNDAJ, Massangana (tese antropológica sobre as relações de produção no Baixo Açu, no período de 1898 a 1978).
05. MEDEIROS, Francisco Olavo. Índios do Açu e Seridó. Brasília: Senado Federal, 1984.
06. Idem 04. ✓
07. OLIVEIRA, Maurício de. Os solos e o ambiente agrícola no Sistema Piranhas-Açu. RN Mossoró, ESAM (FGD, 1988, Coleção Mossorocense, 38 p).
08. Idem 04. ✓

09. MELO, M. Rodrigues de. Várzea do Agu. Sao Paulo 1940, Ed. 1a Edição dos cadernos (com o capítulo "As Raízes Históricas da Várzea do Agu e a sua repercussão no movimento comunista de 195, 148 p).
10. Idem 09.
11. CAMARA, CASCUDO, Luiz de. História do Rio Grande do Norte. Natal/Rio de Janeiro ed. 2a.. 1984, Fundação José Augusto, Achiamé.
12. MOURA, Maria da Conceição de Almeida. Estrutura Fundiária: uso e ocupação da Terra: Programa de Estudo da Problemática da Seca no RN/FUNPEC/UFRN - A Problemática da Seca no RN e o Projeto Baixo Agu: Série A, VIII (Seca: Coleção especializadas). 1987.
13. ARANHA, Tereza de Queiroz. A Problemática da Seca e o Projeto Baixo Agu: O Martírio secular da Terra. in: Programa de Estudo da Problemática da Seca no RN/FUNPEC/UFRN - A Problemática da Seca no RN e o Projeto Baixo Agu. Natal: Série A, VIII (Seca coleção especializada).
14. Idem 04.
15. Idem 04.

16. Idem 04.

17. FERREIRA, Brésilia Carlos. O Sindicato do Garrencho. Mossoró, 1989. FGD, Natal: UFRN/MCS (Coleção Mossoroense, 482p. Série C).

18. VARGAS, Nazira Abirb Oliveira. Beiradeiros do Baixo Açu. Canto e lamento de Rafael Arcanjo da Costa. Rio de Janeiro: FURNATE, Instituto Nacional do Folclore, 1987. 179p.

19. BARRAGEM, revolta população. O Poti. Natal, 27 Dez 1981.



## Bibliografia

- a) Livros, Teses, Dissertações, Relatório Técnicos, Notas, Memórias e comunicação em eventos.

ARANHA, Tereza de Queiroz. O Projeto Baixo Agu - Natal 1979 (subsídios para elaboração de uma exposição de motivos do então Deputado Federal Djalma Maranhão).

---

Projeto Baixo Agu: desenvolvimento para quem? Natal. 1982 mimeografado.

---

e Pontes, José Oivaldo.

Repercussões do projeto Baixo Agu na economia do RN. Natal 1983. UFRN (conferência e debate) mimeografado.

---

Utilização da barragem Armando Ribeiro Gonçalves como fator de desenvolvimento do Vale do Agu - Macau. UFRN 1986/Centro Regional de ensino superior de Macau. (palestra). Projeto conviver.

---

A Problemática da Seca e o Projeto Baixo Agu: O Martírio Secular da terra. In: Programa de estudo da problemática da Seca no RN/FUNDEC/UFRN - A Problemática da Seca no RN e o Projeto Baixo Agu - Natal 1986. Série A, Vol. III (seca: coleção especializada).

ANDRADE, Manuel Correia de. A Produção do espaço Norte-Rio-Grandense. Natal: UFRN. Ed Universitaria, 1981, 50p.

CAMARA CASCUDO, Luiz da.

História do Rio Grande do Norte - 2a. Edição. Natal/Rio de Janeiro, 1984. Fundação José Augusto. Achiamé.

FERNANDES, Ana Amélia.

Submersão de um Vale revisitando as práticas de resistência. Universidade Federal do Ceará - Fortaleza - 1990. (dissertação de mestrado).

FERREIRA, Brasileira Carlos.

O Sindicato do garrancha. Mossoró: FGD; Natal: 1989. UFRN/MCS (coleção messorocense, 482, série C).

LACERDA, José.

Situação Física, econômica, social e política. IN: Programa de estudo da problemática da Seca no RN-FUNPEC/UFRN - A Problemática da Seca no RN e o projeto Baixo Açú. Natal 1987. Série A, Vol. III (Seca: Coleção Especializada).

MELO, Rodrigues de Varzea do Açú. São Paulo 1480, 1a Ed. Edição dos cadernos (com o capítulo "As Raízes Históricas das Varzeas do Açú e a sua repercussão no movimento comunista de 1935, 148p.

MOURA, Maria Da Conceição de Almeida. Estrutura Fundiária: Uco

e ocupação da terra - IN: Programa de estudo da Problemática da Seca no RN/FUNPEC/UFRRN - A Problemática da Seca no RN e o projeto Baixo Açú. Natal 1987. Série A, Vol, III (Seca coleção Especializada).

OLIVEIRA, Maurício de. Os Solos e o ambiente no sistema Piraíbas-Açú. RN. Mossoró 1986. ESAM/FGD (Coleção mossoroense, 380).

VARGAS, Nazira Abib Oliveira. Histórias que a povo conta: ancestralidade e sobrevivência. Recife, 1987. FUNDAJ. Massangana (tese em etnologia sobre as relações de produção no Baixo Açú, de 1898 a 1978).

---

Beiradeiros do Baixo Açú: conto e lamento de Rafael Aranda da Costa. Rio de Janeiro, 1987. FUNARTE, Instituto Nacional do folclore.

ZE DO VALE. Projeto infeliz. Açú, mimeografado. Sem data.

#### b) Documentos Oficiais

DNOCS

Projeto Baixo Açú: Estudo de controle ambiental e de aproveitamento múltiplo de reservatório Eng: Armando Ribeiro Gonçalves. Hidroservice, 1979 (11 volumes).

---

Baixo Agu. Fortaleza. 1980.

---

Projeto Baixo Agu. Carta consultas Natal. 1981.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRICOLA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Relatório complementar do projeto de irrigação do Baixo Agu. Natal. 1988.

c) Jornais e Revistas

- . REPUBLICA. NATAL. 1972-1986.
- . DIARIO DE NATAL, NATAL, 1975-1986.
- . TRIBUNA DO NORTE. NATAL, 1972-1986.
- . RN ECONOMICO. NATAL, Três anos de pesadelo. Vol 17, NO 177, Jun 1986.
- . O POTI. NATAL, 1977-1986.